

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem e conteúdo do Direito Constitucional.....	1
1.1. Objeto do Direito Constitucional quanto ao foco de investigação	3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução.....	4
2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	5
2.1.1. Constituição em sentido sociológico.....	5
2.1.2. Constituição em sentido político	5
2.1.3. Constituição em sentido jurídico	6
2.2. Constituição em sentido material e formal.....	8
3. Classificação das Constituições.....	9
3.1. Quanto à origem.....	9
3.2. Quanto à forma.....	10
3.3. Quanto ao modo de elaboração.....	11
3.4. Quanto ao conteúdo.....	12
3.5. Quanto à estabilidade.....	15
3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	17
3.7. Quanto à extensão	18
3.8. Quanto à finalidade	19
3.9. Outras classificações.....	20
4. Breve resumo das Constituições do Brasil.....	24
4.1. A Constituição do Império (1824)	24
4.2. A primeira Constituição Republicana (1891).....	25
4.3. A Constituição de 1934.....	26
4.4. A Constituição do Estado Novo (1937).....	27
4.5. A Constituição de 1946.....	27
4.6. A Constituição de 1967.....	28
4.7. A Emenda Constitucional n.º 1 à Constituição de 1967 (a “Constituição de 1969”).....	29

4.8.	A Constituição de 1988.....	30
5.	Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988.....	31
5.1.	Preâmbulo.....	32
5.2.	Parte dogmática da Constituição de 1988.....	34
5.3.	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	34
5.4.	“Elementos da Constituição”.....	35
6.	Entrada em vigor de uma nova Constituição.....	36
6.1.	<i>Vacatio constitutionis</i>	36
6.2.	Retroatividade mínima	37
6.3.	Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita....	39
6.3.1.	Desconstitucionalização.....	40
6.4.	Direito ordinário pré-constitucional.....	40
6.4.1.	Direito ordinário pré-constitucional incompatível.....	41
6.4.1.1.	Inconstitucionalidade superveniente	42
6.4.2.	Direito ordinário pré-constitucional compatível	43
6.4.3.	Direito ordinário pré-constitucional não vigente	48
6.4.4.	Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	49
6.5.	Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional	50
7.	Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	53
7.1.	Classificação de José Afonso da Silva.....	53
7.1.1.	Normas de eficácia plena	54
7.1.2.	Normas de eficácia contida.....	54
7.1.3.	Normas de eficácia limitada	56
7.1.4.	Eficácia das normas programáticas.....	58
7.2.	Classificação de Maria Helena Diniz	59
8.	Interpretação da Constituição	60
8.1.	Correntes interpretativistas e não interpretativistas	61
8.2.	Métodos de interpretação.....	62
8.2.1.	O método jurídico (método hermenêutico clássico).....	62
8.2.2.	O método tópico-problemático.....	62
8.2.3.	O método hermenêutico-concretizador.....	63
8.2.4.	O método científico-espiritual.....	64
8.2.5.	O método normativo-estruturante	64
8.2.6.	A interpretação comparativa.....	64
8.3.	Princípios de interpretação	65
8.3.1.	Princípio da unidade da Constituição.....	65
8.3.2.	Princípio do efeito integrador	65

8.3.3.	Princípio da máxima efetividade.....	66
8.3.4.	Princípio da justeza	66
8.3.5.	Princípio da harmonização	66
8.3.6.	Princípio da força normativa da Constituição.....	66
8.3.7.	Interpretação conforme a Constituição	67
8.4.	Teoria dos poderes implícitos	67

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE	69
1. Conceito	69
2. Titularidade.....	70
3. Formas de exercício	70
4. Espécies	72
4.1. Poder constituinte originário	72
4.2. Poder constituinte derivado	74
4.3. Poder constituinte difuso.....	76
4.4. Poder constituinte supranacional.....	77

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	79
1. Princípios fundamentais	79
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico.....	84
2.1. Origem	85
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	85
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais	86
2.4. Distinção entre direitos e garantias	87
2.5. Características.....	87
2.6. Dimensões objetiva e subjetiva.....	88
2.7. Classificação	89
2.8. Destinatários	91
2.9. Relações privadas.....	92
2.10. Natureza relativa	93
2.11. Restrições legais	94
2.12. Conflito (ou colisão)	95
2.13. Renúncia	97
3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais	97

3.1.	Aplicabilidade imediata	98
3.2.	Enumeração aberta e interpretação	99
3.3.	Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente	100
3.4.	Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	101
3.5.	Tribunal Penal Internacional	102
4.	Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º)	104
4.1.	Direito à vida	104
4.2.	Direito à liberdade	107
4.3.	Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	108
4.4.	Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	112
4.5.	Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	116
4.6.	Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	122
4.7.	Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	126
4.8.	Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	131
4.9.	Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	133
4.10.	Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	137
4.11.	Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	138
4.12.	Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	140
4.13.	Associações e defesa de direitos dos associados: representação processual (art. 5.º, XXI)	141
4.14.	Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	143
4.15.	Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	146
4.16.	Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	149
4.17.	Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	150
4.18.	Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	150
4.19.	Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	151
4.20.	Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	152
4.21.	Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV)	153
4.22.	Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	156
4.23.	Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	159
4.24.	Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	160
4.25.	Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	162
4.26.	Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	164

4.27.	Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	165
4.28.	Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	166
4.29.	Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	167
4.30.	Extradicação (art. 5.º, LI e LII)	170
4.31.	Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	172
4.31.1.	Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade	173
4.32.	Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	175
4.32.1.	Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	176
4.33.	Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	178
4.34.	Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	181
4.35.	Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	185
4.36.	Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX).....	186
4.37.	Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	188
4.38.	Respeito à integridade física e moral, direito de permanecer calado e outros direitos do preso (art. 5.º, XLIX, LXII, LXIII, LXIV e LXV) ...	189
4.39.	Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII).....	191
4.40.	Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	194
4.41.	Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	196
4.42.	Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5.º, LXXVI).....	197
4.43.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	197
4.44.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	198
4.44.1.	Ofensa indireta ao direito de locomoção	201
4.44.2.	Descabimento.....	202
4.45.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX).....	204
4.45.1.	Natureza jurídica	204
4.45.2.	Cabimento.....	204
4.45.3.	Descabimento.....	205
4.45.4.	Direito líquido e certo.....	206
4.45.5.	Legitimação ativa	206
4.45.6.	Legitimação passiva	207
4.45.7.	Medida liminar	208
4.45.8.	Vedação à concessão de medida liminar	209
4.45.9.	Prazo para impetração.....	209
4.45.10.	Competência	210

4.45.11.	Duplo grau de jurisdição.....	210
4.45.12.	Pagamento a servidor	211
4.45.13.	Descabimento de honorários advocatícios.....	211
4.45.14.	Desistência	211
4.45.15.	Mandado de segurança coletivo	212
4.46.	Mandado de injunção	213
4.46.1.	Cabimento.....	214
4.46.2.	Descabimento.....	216
4.46.3.	Legitimação no mandado de injunção individual	217
4.46.4.	Efeitos da decisão.....	218
4.46.5.	Alcance temporal da decisão.....	221
4.46.6.	Mandado de injunção coletivo.....	221
4.46.7.	Mandado de injunção individual <i>versus</i> Mandado de injunção coletivo.....	222
4.47.	<i>Habeas data</i>	223
4.48.	Ação popular	225
4.48.1.	Objeto	226
4.48.2.	Competência	228
5.	Direitos sociais.....	229
5.1.	Noções.....	229
5.2.	Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º)	230
5.3.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	238
5.4.	A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível</i> , <i>garantia do mínimo existencial</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário	241
5.5.	Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (<i>effet cliquet</i>).....	244
6.	Nacionalidade.....	245
6.1.	Noções.....	245
6.2.	Espécies de nacionalidade	246
6.3.	CrITÉRIOS de atribuição de nacionalidade.....	246
6.4.	Brasileiros natos (aquisição originária)	247
6.5.	Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	249
6.6.	Portugueses residentes no Brasil	251
6.7.	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado	251
6.8.	Perda da nacionalidade	252
6.9.	Dupla nacionalidade	252

7. Direitos políticos.....	253
7.1. Noções.....	253
7.2. Direito ao sufrágio.....	253
7.3. Capacidade eleitoral ativa.....	254
7.4. Plebiscito e referendo.....	256
7.5. Capacidade eleitoral passiva.....	257
7.6. Inelegibilidades.....	259
7.6.1. Inelegibilidade absoluta.....	259
7.6.2. Inelegibilidade relativa.....	260
7.6.2.1. Motivos funcionais.....	260
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade ...	262
7.6.2.3. Condição de militar.....	266
7.6.2.4. Previsões em lei complementar.....	266
7.7. Privação dos direitos políticos.....	269
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral.....	270

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	273
1. Introdução.....	273
2. Formas de Estado.....	273
3. Formas de governo.....	275
4. Sistemas de governo.....	276
5. Regimes de governo.....	279
6. A Federação na Constituição de 1988.....	280
6.1. União.....	285
6.2. Estados-membros.....	287
6.2.1. Auto-organização e autolegislação.....	287
6.2.2. Autogoverno.....	288
6.2.3. Autoadministração.....	290
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente.....	291
6.3. Municípios.....	299
6.4. Distrito Federal.....	304
6.5. Territórios Federais.....	305
6.6. Formação dos estados.....	307
6.7. Formação dos municípios.....	310
6.8. Formação dos Territórios Federais.....	311
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados.....	312

7. Intervenção federal	312
7.1. Intervenção federal espontânea	313
7.2. Intervenção federal provocada	314
7.3. Decreto interventivo	318
7.4. Controle político	318
7.5. Controle jurisdicional	319
8. Intervenção nos municípios	320

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	321
1. Noções	321
1.1. Modelos de repartição	322
1.2. Espécies de competências	323
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988	324
2. Competências da União	327
3. Competência comum	334
4. Competência legislativa concorrente	335
4.1. Presunção a favor da competência do ente menor	342
5. Competências dos Estados	345
6. Competências do Distrito Federal	348
7. Competências dos municípios	349

CAPÍTULO 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	355
1. Noções introdutórias	355
2. Princípios administrativos	357
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública	364
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público	367
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos	382
5.1. Noções gerais	382
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	385
5.3. Direito de greve dos servidores públicos	386
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	388
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	388
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos	392
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	398

5.4.4.	Restrições previstas na Emenda Constitucional 95/2016 (“teto dos gastos públicos”)	399
5.5.	Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos	401
5.6.	Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	403
5.7.	Estabilidade	404
5.7.1.	Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista	406
5.8.	Disponibilidade remunerada, reintegração, recondução, aproveitamento e readaptação	407
5.9.	Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	409
5.10.	Regime de previdência dos servidores públicos	411
6.	Administração tributária	418
7.	Obrigatoriedade de licitar	419
8.	Responsabilidade civil da administração pública	421
8.1.	Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal	423

CAPÍTULO 7

PODER LEGISLATIVO	431
1. Tripartição de poderes	431
2. Funções	435
3. Composição	435
3.1. Congresso Nacional	435
3.2. Câmara dos Deputados	437
3.3. Senado Federal	440
4. Órgãos	441
4.1. Mesas diretoras	441
4.2. Comissões	442
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito	445
4.2.1.1. Criação	446
4.2.1.2. Poderes de investigação	448
4.2.1.3. Direitos dos depoentes	449
4.2.1.4. Competência	451
4.2.1.5. Incompetência	454
4.2.1.6. Controle judicial	455
4.2.1.7. Publicidade	456
4.3. Plenário	457

5. Reuniões	457
6. Atribuições	459
6.1. Atribuições do Congresso Nacional	459
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados	462
6.3. Atribuições do Senado Federal	465
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado	469
7. Estatuto dos Congressistas	469
7.1. Imunidades	470
7.1.1. Imunidade material	470
7.1.2. Imunidade formal	474
7.2. Foro especial em razão da função	480
7.3. Afastamento do Poder Legislativo	486
7.4. Desobrigação de testemunhar	487
7.5. Incorporação às Forças Armadas	488
7.6. Subsistência das imunidades	488
7.7. Incompatibilidades	488
7.8. Perda do mandato	489
7.9. Renúncia ao mandato	491
7.10. Manutenção do mandato	493
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	494
8. Tribunais de contas	495
8.1. Tribunal de Contas da União	495
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	505

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO	511
1. Conceito	511
2. Classificação	512
3. Processo legislativo ordinário	512
3.1. Fase introdutória	513
3.1.1. Espécies de iniciativa	514
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora	515
3.1.3. Iniciativa popular	515
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	516
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	517
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária	518
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público	518

3.1.8.	Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas.....	519
3.1.9.	Prazo para exercício de iniciativa reservada	520
3.1.10.	Iniciativa privativa e emenda parlamentar	520
3.1.11.	Vício de iniciativa e sanção	521
3.2.	Fase constitutiva.....	522
3.2.1.	Abolição da aprovação por decurso de prazo	522
3.2.2.	Atuação prévia das comissões	523
3.2.3.	Deliberação plenária	524
3.2.4.	Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada	526
3.2.5.	Aprovação definitiva pelas comissões	526
3.2.6.	Sanção	527
3.2.7.	Veto.....	528
3.3.	Fase complementar.....	533
3.3.1.	Promulgação.....	533
3.3.2.	Publicação	534
4.	Procedimento legislativo sumário.....	536
5.	Lei ordinária.....	537
6.	Lei complementar	538
7.	Processos legislativos especiais.....	539
7.1.	Emendas à Constituição	539
7.2.	Medidas provisórias	541
7.2.1.	Desnecessidade de convocação extraordinária	541
7.2.2.	Limitações materiais	542
7.2.3.	Procedimento legislativo.....	544
7.2.4.	Prazo de eficácia.....	547
7.2.5.	Trancamento de pauta	547
7.2.6.	Trancamento subsequente de pauta	549
7.2.7.	Perda de eficácia.....	550
7.2.8.	Apreciação plenária.....	553
7.2.9.	Conversão parcial.....	554
7.2.10.	Reedição	555
7.2.11.	Medida provisória e impostos.....	557
7.2.12.	Art. 246 da Constituição Federal.....	558
7.2.13.	Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	559
7.2.14.	Retirada	560
7.2.15.	Revogação	560
7.2.16.	Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	562

7.2.17.	Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais.....	562
7.2.18.	Medida provisória <i>versus</i> lei delegada	563
7.2.19.	Medida provisória nos estados-membros	564
7.3.	Leis delegadas.....	564
7.4.	Decretos legislativos	567
7.5.	Resoluções	568
8.	Processo legislativo nos Estados-membros e municípios.....	570
9.	Relação hierárquica entre as espécies normativas	570
9.1.	Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas	577
10.	Controle judicial do processo legislativo	579

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....		583
1.	Introdução.....	583
2.	Mutação e reforma	584
2.1.	Revisão constitucional	586
2.2.	Emenda à Constituição	590
3.	Limitações ao poder de reforma	591
3.1.	Limitações temporais	591
3.2.	Limitações circunstanciais	592
3.3.	Limitações processuais ou formais.....	593
3.3.1.	Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição.....	593
3.3.1.1.	Ausência de participação dos municípios	594
3.3.1.2.	Ausência de iniciativa popular	594
3.3.1.3.	Ausência de iniciativa reservada	594
3.3.2.	Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição.....	596
3.3.2.1.	Ausência de “Casa revisora”	596
3.3.2.2.	Alteração substancial.....	597
3.3.2.3.	Inexistência de interstício mínimo entre os turnos de votação	598
3.3.3.	Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	598
3.3.3.1.	Ausência de sanção ou veto	599
3.3.4.	Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	599
3.4.	Limitações materiais	600

3.4.1.	A expressão “não será objeto de deliberação”	602
3.4.2.	A expressão “tendente a abolir”	602
3.4.3.	Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	604
3.4.4.	Vedação à “dupla revisão”	604
4.	Controle judicial de proposta de emenda à Constituição.....	606
5.	Controle judicial de emenda promulgada	608
5.1.	Modificação da Constituição e moralidade administrativa	609
6.	Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima)	610
6.1.	Emenda constitucional e direito adquirido.....	611
7.	Reforma da Constituição estadual	611

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO.....	613
1. Noção de presidencialismo	613
2. Funções.....	614
3. Investidura	615
4. Impedimentos e vacância.....	618
5. Atribuições.....	620
5.1. Poder regulamentar.....	623
6. Vice-Presidente da República.....	624
7. Ministros de Estado	624
7.1. Atribuições	624
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado	625
8. Órgãos consultivos.....	626
9. Responsabilização do Presidente da República.....	627
9.1. Crimes de responsabilidade	627
9.2. Crimes comuns.....	632
9.2.1. Imunidades	633
9.2.2. Prerrogativa de foro.....	635
10. Governadores de Estado	637

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO.....	641
1. Introdução.....	641
2. Órgãos do Poder Judiciário.....	644
3. Funções típicas e atípicas	646

4. Garantias do Poder Judiciário	646
5. Organização da carreira	649
6. Garantias aos magistrados	651
7. Vedações	652
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	653
9. Conselho Nacional de Justiça	654
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados-membros	660
11. Supremo Tribunal Federal	661
11.1. Competências	662
11.2. Preservação das competências do STF e da autoridade de suas decisões	670
12. Superior Tribunal de Justiça	672
12.1. Competências	672
13. Justiça Federal	675
14. Justiça do Trabalho	680
15. Justiça Eleitoral	685
16. Justiça Militar	688
17. Justiça Estadual	690
18. Justiça do Distrito Federal	690
19. Justiça dos Territórios	691
20. “Quinto Constitucional”	691
21. Julgamento de autoridades	692
22. Precatórios judiciais	696
22.1. Exceção ao regime de precatórios	698
22.2. Pagamento da parte incontroversa e autônoma de dívida judicial	698
22.3. Ordem de pagamento	699
22.4. Atualização monetária e juros	700
22.5. Sequestro de valor	702
22.6. Decretação de intervenção	703
22.7. Vedação ao fracionamento	703
22.8. Uso e cessão de valor consignado em precatório	704

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	705
1. Introdução	705
2. Ministério Público	706
2.1. Composição	706

2.2.	Posição constitucional.....	707
2.3.	Princípios do Ministério Público.....	707
2.3.1.	Princípio da unidade.....	707
2.3.2.	Princípio da indivisibilidade	707
2.3.3.	Princípio da independência funcional	708
2.3.4.	Autonomia administrativa e financeira	708
2.3.5.	Princípio do promotor natural.....	710
2.4.	Organização dos Ministérios Públicos	711
2.5.	Funções do Ministério Público	711
2.5.1.	Atuação do Procurador-Geral da República.....	717
2.6.	Ingresso na carreira	718
2.7.	Nomeação dos Procuradores-Gerais	718
2.8.	Garantias dos membros	720
2.9.	Vedações constitucionais	720
2.10.	Conselho Nacional do Ministério Público	721
2.11.	Ministério Público junto aos tribunais de contas.....	724
2.12.	Prerrogativa de foro.....	726
2.13.	Atuação perante o Supremo Tribunal Federal	726
3.	Advocacia pública	727
4.	Advocacia	730
5.	Defensoria Pública	733

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	739
1. Introdução.....	739
2. Presunção de constitucionalidade das leis.....	742
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades.....	743
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	744
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	745
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial.....	746
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição	747
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	749
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	751
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	751
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	752
4. Derrotabilidade das normas jurídicas	752

5. Sistemas de controle.....	753
6. Modelos de controle	754
7. Vias de ação.....	755
8. Momento do controle.....	756
9. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.....	757
9.1. A Constituição de 1824.....	758
9.2. A Constituição de 1891.....	758
9.3. A Constituição de 1934.....	759
9.4. A Constituição de 1937.....	759
9.5. A Constituição de 1946.....	760
9.6. A Emenda Constitucional 16/1965	760
9.7. A Constituição de 1967/1969.....	760
9.8. A Constituição de 1988.....	761
10. Jurisdição constitucional.....	763
11. Fiscalização não jurisdicional.....	764
11.1. Poder Legislativo.....	765
11.2. Poder Executivo	768
11.3. Tribunais de contas.....	770
12. Controle difuso.....	771
12.1. Introdução	771
12.2. Legitimação ativa.....	772
12.3. Espécies de ações judiciais.....	773
12.4. Competência	774
12.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário	774
12.5. Parâmetro de controle.....	778
12.6. Recurso extraordinário	778
12.6.1. Repercussão geral	780
12.7. Efeitos da decisão.....	783
12.8. Atuação do Senado Federal.....	784
12.9. Súmula vinculante	787
12.9.1. Iniciativa.....	789
12.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República.....	790
12.9.3. Manifestação de terceiros.....	790
12.9.4. Requisitos	790
12.9.5. Deliberação	791
12.9.6. Início da eficácia	791
12.9.7. Descumprimento.....	792

12.9.8.	Súmulas anteriores à EC 45/2004.....	793
13.	Controle abstrato.....	793
13.1.	Introdução	793
13.2.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	795
13.2.1.	Conceito	795
13.2.2.	Legitimação ativa.....	795
13.2.2.1.	Capacidade postulatória.....	796
13.2.2.2.	Legitimação dos partidos políticos.....	797
13.2.2.3.	Pertinência temática: legitimados universais e legitimados especiais	797
13.2.2.4.	Legitimação das confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional	799
13.2.3.	Objeto	801
13.2.4.	Parâmetro de controle	808
13.2.5.	Causa de pedir aberta	809
13.2.6.	Petição inicial.....	811
13.2.7.	Imprescritibilidade	811
13.2.8.	Impossibilidade de desistência.....	812
13.2.9.	Pedido de informações.....	812
13.2.10.	Suspeição e impedimento de Ministro.....	813
13.2.11.	Impossibilidade de intervenção de terceiros.....	814
13.2.12.	Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	815
13.2.13.	Atuação do Advogado-Geral da União.....	817
13.2.14.	Atuação do Procurador-Geral da República.....	819
13.2.15.	Atuação do relator na instrução do processo.....	821
13.2.16.	Medida cautelar em ADI.....	821
13.2.17.	Decisão de mérito.....	826
13.2.17.1.	Deliberação	826
13.2.17.2.	Natureza dúplice ou ambivalente.....	827
13.2.17.3.	Possibilidade de cumulação de pedidos.....	828
13.2.17.4.	Princípio da fungibilidade	829
13.2.17.5.	Efeitos da decisão	831
13.2.17.6.	Modulação dos efeitos temporais	835
13.2.17.7.	Definitividade da decisão de mérito.....	840
13.2.17.8.	Limites da decisão em ADI: eficácia normativa e eficácia executiva	840
13.2.17.9.	Transcendência dos motivos determinantes	843
13.2.17.10.	Inconstitucionalidade “por arrastamento”	844

	13.2.17.11. Momento da produção de efeitos	846
	13.2.17.12. Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF	846
13.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	848
13.3.1.	Introdução.....	848
13.3.2.	Legitimação ativa.....	849
13.3.3.	Legitimação passiva	849
13.3.4.	Objeto	850
13.3.5.	Procedimento	851
13.3.6.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	851
13.3.7.	Concessão de medida cautelar.....	852
13.3.8.	Efeitos da decisão de mérito	852
13.3.9.	ADO <i>versus</i> mandado de injunção.....	853
13.4.	Ação declaratória de constitucionalidade.....	854
13.4.1.	Introdução.....	854
13.4.2.	Principais aspectos comuns.....	855
13.4.3.	Objeto	857
13.4.4.	Relevante controvérsia judicial	857
13.4.5.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	859
13.4.6.	Medida cautelar.....	859
13.4.7.	Não atuação do Advogado-Geral da União	860
13.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	861
13.5.1.	Introdução.....	861
13.5.2.	A arguição autônoma e a arguição incidental.....	862
13.5.3.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido.....	863
13.5.4.	Preceito fundamental.....	867
13.5.5.	Subsidiariedade da ADPF.....	867
13.5.6.	Competência e legitimação	869
13.5.7.	Petição inicial e procedimento.....	870
13.5.8.	Medida liminar	871
13.5.9.	Decisão	872
13.6.	Representação interventiva	878
13.7.	Controle abstrato nos estados.....	881
13.7.1.	Introdução.....	881
13.7.2.	Competência	882
13.7.3.	Legitimação.....	882
13.7.4.	Defesa da norma impugnada.....	884

13.7.5.	Parâmetro de controle	884
13.7.6.	Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual.....	885
13.7.7.	Simultaneidade de ações diretas.....	886
13.7.7.1.	Normas de natureza autônoma	888
13.7.7.2.	Normas de reprodução da Constituição Federal	889
13.7.8.	Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual.....	892
13.7.9.	Distrito Federal	894
13.7.10.	Representação interventiva.....	895

CAPÍTULO 14

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	897
1. Introdução.....	897
2. Estado de defesa	898
2.1. Pressupostos.....	898
2.2. Prazo.....	899
2.3. Abrangência.....	899
2.4. Medidas coercitivas	900
2.5. Controle	901
3. Estado de sítio.....	902
3.1. Pressupostos	902
3.2. Duração.....	903
3.3. Abrangência.....	903
3.4. Medidas coercitivas	904
3.5. Controle	904
4. Forças Armadas.....	908
5. Segurança pública	911

CAPÍTULO 15

FINANÇAS PÚBLICAS.....	917
1. Normas gerais.....	917
2. Orçamentos.....	919
2.1. Princípios constitucionais orçamentários	919
2.1.1. Princípio da anualidade.....	919
2.1.2. Princípio da universalidade.....	919
2.1.3. Princípio do orçamento bruto	919
2.1.4. Princípio da unidade.....	920

2.1.5.	Princípio da exclusividade	920
2.1.6.	Princípio da quantificação dos créditos orçamentários.....	920
2.1.7.	Princípio da especificação.....	920
2.1.8.	Princípio da publicidade	920
2.1.9.	Princípio da legalidade	921
2.1.10.	Princípio da não afetação.....	921
2.1.11.	Princípio da programação	921
2.1.12.	Princípio da clareza.....	921
2.1.13.	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	921
2.1.14.	Princípio da proibição do estorno.....	922
2.2.	Leis orçamentárias.....	922
2.2.1.	Plano plurianual (PPA).....	923
2.2.2.	Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)	924
2.2.3.	Lei orçamentária anual (LOA)	924
2.3.	Lei complementar sobre matéria orçamentária.....	926
2.4.	Processo legislativo das leis orçamentárias	927
2.4.1.	Emendas aos projetos de leis orçamentárias.....	928
2.4.2.	Interferência excepcional do Poder Judiciário.....	929
2.4.3.	Autonomia orçamentária e alteração dos orçamentos propostos.....	929
2.4.4.	Orçamento impositivo.....	930
2.5.	Vedações constitucionais	933
2.6.	Créditos adicionais	936
2.7.	Limites para despesa com pessoal	938

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	941
1. Introdução.....	941
2. Meios de atuação do Estado na área econômica.....	943
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988	945
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica.....	945
3.1.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano	945
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica.....	946
3.1.2.1. Soberania nacional.....	947
3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social.....	947
3.1.2.3. Livre concorrência	948
3.1.2.4. Defesa do consumidor.....	950

3.1.2.5.	Defesa do meio ambiente.....	950
3.1.2.6.	Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	952
3.1.3.	Liberdade de exercício de atividades econômicas.....	953
3.2.	Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito.....	954
3.3.	Atuação do Estado como prestador de serviços públicos	959
3.4.	Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopó- lio	962
3.5.	Atuação do Estado como agente regulador.....	964
3.6.	Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	966
3.7.	Política urbana	967
3.8.	Política agrícola e fundiária, e reforma agrária.....	969
3.9.	Sistema Financeiro Nacional.....	972

CAPÍTULO 17

ORDEM SOCIAL	975
1. Seguridade social.....	975
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	979
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	984
1.2.1. Regras para aposentadoria.....	986
1.2.2. Regime de previdência privada complementar	986
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	987
2. Educação (arts. 205 a 214)	989
2.1. Princípios constitucionais do ensino	989
2.2. Autonomia das universidades.....	990
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	990
2.4. Participação da iniciativa privada	992
2.5. Fixação de conteúdo.....	992
2.6. Organização dos sistemas de ensino	993
2.7. Aplicação de recursos na educação	994
2.8. Plano nacional de educação	995
3. Cultura (arts. 215 e 216).....	995
4. Desporto (art. 217).....	996
5. Ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-B)	997
6. Comunicação social (arts. 220 a 224).....	998
6.1. Comunicação social e liberdade de informação.....	998
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação.....	999
6.3. Participação do capital estrangeiro	1000

6.4. Controle do Legislativo e delegação.....	1000
7. Meio ambiente (art. 225).....	1001
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso	1004
9. Índios	1010
BIBLIOGRAFIA	1013